



IPME

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE EUSÉBIO

ATA DE REUNIÃO 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2026 DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

DATA: 30/03/2026

LOCAL: Virtual

HORA: 10:00 h.

PAUTAS DA REUNIÃO:

1. Desempenho da Carteira do IPME em fevereiro/2026
2. Análise de riscos e aderência da Carteira
3. Panorama Econômico
4. Títulos Públicos Federais
5. Definição de instituição custodiante para aquisição de títulos públicos
6. Avaliação do fundo BB Títulos Públicos XXI FI Renda Fixa Previdenciário
7. Avaliação atuarial 2026 e estudo ALM

DOCUMENTOS DE SUPORTE ([link para acessar os documentos: bit.ly/docs-suporte-ord-03-26](https://bit.ly/docs-suporte-ord-03-26)):

1. Relatório Mensal de fevereiro-2026
2. Relatório de APR's de fevereiro-2026
3. Relatório de Riscos e Enquadramentos fevereiro-2026
4. Panorama Econômico LEMA mar-26

PRINCIPAIS REGISTROS DA REUNIÃO:

1. Reuniram-se, em 30 de março de 2026, às 10:00, por videoconferência (plataforma *Microsoft Teams*), os membros do COMINVEST Plínio Câmara, Francileide Tavares e Pryscyla de Castro, bem como as convidadas Evilene Abreu, Gestora dos Investimentos e a Sra. Ariadne, da Lema Consultoria.
2. O Presidente do COMINVEST deu início à reunião, cumprimentou os presentes e concedeu a palavra à Sra. Ariadne para apresentação dos **resultados dos investimentos do IPME referentes ao fechamento de fevereiro de 2026**. Conforme Doc. de Suporte nº 1, **em valores nominais o rendimento da Carteira foi de R\$ 3.364.188,44**, correspondendo à **rentabilidade de 1,01% no mês**, frente à **meta atuarial de 1,16%** (abaixo da meta em em 0,15 p.p.); registrou-se, ainda, que **a rentabilidade acumulada no ano atingiu 2,23%, ante meta acumulada de 1,97%** (superação de 0,26 p.p.). O não atingimento da meta no período específico de fevereiro de 2026 é explicado pelo avanço da inflação em 0,70% neste mês. Como de praxe, o mês de fevereiro é marcado por reajuste em diversos setores, notadamente o de Educação, que registrou elevação de 5,21% nos preços, impactando o IPCA. Não obstante, Em seguida, analisou-se a **performance mensal e acumulada de cada investimento**.
3. Conforme Doc. de Suporte nº 2, em fevereiro/2026 o **montante de aplicações foi de R\$ 7.208.859,51** e o **montante de resgates foi de R\$ 6.022.677,02**. O patrimônio do RPPS no início do mês de fevereiro era de R\$ 332.992.363,84, ao **fim do mês o patrimônio ficou em R\$ 337.530.710,78**. Portanto, verifica-se um **favorável crescimento patrimonial – acumulação de recursos – em especial do Fundo em Capitalização (Plano Capitalizado)**, resultante da segregação da massa de segurados.
4. Na sequência, foi apresentado e analisado o **Relatório de Riscos, Enquadramentos, Benchmarks e Aderência à Política de Investimentos, posição fevereiro de 2026** (Doc. Suporte nº 3), elaborado por meio do sistema UNO. Registrou-se, preliminarmente, que a análise do enquadramento deve ser realizada com a cautela própria do atual período de transição normativa, tendo em vista a entrada em vigor da Resolução CMN nº 5.272 em 2 de fevereiro de 2026 e as adaptações ainda em curso nos sistemas de acompanhamento. No campo de risco de mercado, observou-se que a Carteira apresentou rentabilidade de 1,01% no mês e 14,20% em 12 meses, com baixa volatilidade e drawdown zerado, o que evidencia comportamento compatível com a diretriz prudencial adotada pelo Instituto.

5. No exame da **aderência aos benchmarks**, verificou-se que **a maior parte dos fundos de renda fixa permaneceu com desempenho aderente**, e em diversos casos superior, aos respectivos referenciais, especialmente entre os produtos atrelados ao CDI, IRF-M 1, IMA-B 5 e IPCA.
6. Quanto à **aderência à Política de Investimentos**, observou-se que **a carteira do RPPS permaneceu fortemente concentrada em renda fixa**, notadamente com 43,73% dos recursos alocados em fundos de renda fixa referenciados em 100% títulos do Tesouro Nacional e 49,14% em fundos de renda fixa, havendo apenas exposições residuais em crédito privado, ações, investimento no exterior e fundos imobiliários, o que reforça o perfil conservador da estratégia atualmente adotada.
7. Ainda sobre o quadro de enquadramento, registrou-se que **alguns investimentos passaram a figurar em situação de desenquadramento passivo em razão da transição para a nova Resolução CMN nº 5.272**, circunstância que, por si só, não impõe resgate imediato. Foi destacado que a nova disciplina prevê prazo de até dois anos para eliminação dos excessos decorrentes de desenquadramento passivo, permanecendo vedadas novas aplicações que agravem a situação. Diante disso, o COMINVEST deliberou pela **adoção de postura cautelosa, sem promover, neste momento, desinvestimentos precipitados unicamente para reenquadramento formal, mantendo-se o monitoramento contínuo dos ativos e a reavaliação técnica gradual da carteira**.
8. Dando continuidade, foi apresentado pela Sra. Ariadne e debatido o **Panorama Econômico – março/2026** (Doc. Suporte nº 4), elaborado pela **LEMA Economia & Finanças**, com análise do cenário doméstico e internacional e seus reflexos sobre os mercados e investimentos.
9. No **cenário doméstico**, registrou-se **desaceleração do crescimento brasileiro em 2025, com PIB de 2,3% no ano, abaixo do observado em 2024**, embora ainda sustentado, em grande medida, pelo forte desempenho da agropecuária (11,7%), ao lado de expansões mais moderadas nos serviços (1,8%) e na indústria (1,4%). Assinalou-se, ademais, que os indicadores antecedentes de atividade passaram a sugerir melhora parcial no início de 2026, com o PMI Composto avançando de 49,9 para 51,3 pontos em fevereiro, a indicar retorno ao campo expansionista. Também se consignou que o mercado de trabalho permaneceu resiliente, com abertura líquida de 112,3 mil vagas formais em janeiro, segundo o Novo Caged, e taxa de desocupação de 5,4% no trimestre encerrado em janeiro, enquanto a confiança do consumidor voltou a recuar, refletindo maior cautela das famílias.
10. Ainda no **âmbito interno**, registrou-se que **a inflação voltou a apresentar pressão em fevereiro, com IPCA de 0,70% no mês**, após 0,33% em janeiro, tendo como principal vetor de alta o grupo Educação, que avançou 5,21% e respondeu por impacto de 0,31 ponto percentual, em razão dos reajustes típicos do início do ano letivo. Também contribuíram para o resultado os grupos Transportes, com alta de 0,74%, e Saúde e cuidados pessoais, com variação de 0,59%. No campo da política monetária, destacou-se que a ata do Copom, divulgada em 3 de março, reafirmou a **manutenção da Selic em 15,00% ao ano e a permanência de postura restritiva, diante de expectativas de inflação ainda acima da meta, embora com sinalização de eventual flexibilização futura**, caso o cenário evolua favoravelmente. Registrou-se, por fim, que o Panorama mencionou superávit primário de R\$ 103,7 bilhões do setor público consolidado em janeiro, dívida bruta em 78,7% do PIB e dívida líquida em 65,0% do PIB, números que, embora indiquem melhora pontual, não afastam a cautela fiscal.
11. No **cenário internacional**, foi exposto que a economia norte-americana passou a apresentar perda de fôlego, com enfraquecimento do mercado de trabalho e desaceleração dos indicadores de atividade, tendo o PMI Composto recuado de 53,0 para 51,9 pontos. Nesse contexto, o **Federal Reserve manteve a taxa de juros no intervalo de 3,50% a 3,75% ao ano, preservando postura cautelosa**. Na Europa, destacou-se que a inflação anual da zona do euro acelerou para 1,9% em fevereiro, com núcleo em 2,4%, em ambiente de crescimento moderado, já que o PIB do bloco avançou apenas 0,2% no quarto trimestre de 2025 e 1,2% na comparação anual. Em relação à China, o Panorama apontou continuidade do suporte do setor externo à atividade, com meta de crescimento entre 4,5% e 5,0% para 2026, inflação ao consumidor de 1,3% em fevereiro e crescimento de 21,8% das exportações no primeiro bimestre, além de superávit comercial de US\$ 213,6 bilhões. Também foram registradas tensões geopolíticas relevantes, com repercussões potenciais sobre energia, comércio internacional e percepção global de risco.
12. No tocante ao comportamento dos mercados e seus reflexos sobre a carteira, consignou-se que **fevereiro apresentou desempenho heterogêneo, porém relativamente mais favorável para a alocação**

doméstica. Na renda fixa, os índices tiveram resultado positivo, com destaque para o IMA-B 5+, que avançou 2,24% no mês, superando CDI e IRF-M 1, que renderam 1,00% e 1,02%, respectivamente, em especial pelo melhor desempenho dos títulos atrelados à inflação. Na renda variável local, o Ibovespa voltou a se destacar, com alta de 4,09% em fevereiro, após o expressivo avanço de 12,56% em janeiro. Em contrapartida, os investimentos internacionais exerceram pressão negativa sobre o desempenho consolidado, diante da queda de 0,87% do S&P 500 e de 5,06% do Global BDRX, este também impactado pela desvalorização do dólar frente ao real.

13. Por fim, registrou-se que, conforme a conclusão apresentada no Panorama, a curva de juros doméstica mostrou leve movimento de fechamento, sobretudo nos vértices curtos e intermediários, sinalizando melhora parcial na precificação do mercado para o horizonte mais próximo, sem afastar, contudo, a cautela em relação aos prazos mais longos, nos quais ainda permanecem embutidos juros elevados. Destacou-se que, apesar do desempenho mais positivo dos ativos de maior duration no mês e da expectativa de eventual flexibilização monetária adiante, subsistem fatores de atenção, notadamente a sustentabilidade das contas públicas em ano eleitoral e os desdobramentos do conflito entre Estados Unidos e Irã, com potencial impacto sobre petróleo, comércio global e inflação. Diante disso, o **COMINVEST tomou ciência das análises apresentadas e reiterou entendimento favorável à manutenção de postura prudente na condução da carteira, com especial atenção às alocações em títulos marcados na curva e em fundos DI**, consideradas alternativas ainda atrativas no contexto de juros elevados e maior controle do risco de mercado.
14. Na sequência, as convidadas Sra. Ariadne e Sra. Evilene trouxeram à apreciação do Comitê a pauta relativa à definição da instituição financeira que prestará os serviços de custódia para eventual aquisição direta de títulos públicos federais, conforme possibilidade contemplada na Política de Investimentos do IPME. Informou-se que, até o presente momento, foram recebidas propostas da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil e do Banco Safra, as quais se encontram em análise técnica e comparativa, especialmente sob a perspectiva da vantajosidade para o Instituto.
15. Registrou-se, no ponto, que as propostas apresentadas contemplam modelos distintos de prestação do serviço, inclusive modalidades de custódia simples e custódia qualificada, aspecto que vem sendo avaliado com cautela pelas áreas envolvidas, à luz das necessidades concretas do RPPS e da efetiva utilidade de cada estrutura ofertada. Destacou-se, ainda, que uma das premissas centrais da análise é a busca pela contratação do serviço em condições que não impliquem cobrança de taxas para o IPME, tendo em vista a existência, no mercado, de instituições que atualmente viabilizam tal operação sem custo direto de custódia.
16. Diante disso, o COMINVEST tomou ciência do estágio atual das tratativas e consignou que a definição da instituição custodiante deverá observar critérios de segurança, adequação operacional, compatibilidade com a estratégia de investimentos do Instituto e vantajosidade econômica, permanecendo a matéria em análise para posterior deliberação, após melhor aprofundamento das propostas recebidas.
17. Após a discussão acerca da instituição custodiante para eventual aquisição direta de títulos públicos federais, o Sr. Plínio Câmara, Presidente do COMINVEST, suscitou questionamento específico à representante da consultoria de investimentos, Sra. Ariadne, acerca do fundo BB TÍTULOS PÚBLICOS XXI FI RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO (CNPJ nº 44.345.590/0001-60), no qual o IPME possui montante relevante aplicado, superior a R\$ 14 milhões.
18. Registrou-se, no ponto, que referido investimento teve origem em aplicação realizada em 22/08/2022, no valor de R\$ 10.500.000,00, em fundo inicialmente estruturado com característica de vértice, cuja data originalmente prevista era 15/08/2024. Após esse marco, os recursos permaneceram aplicados, tendo o fundo passado a operar com alocação em títulos públicos pós-fixados, atrelados à taxa Selic. Consignou-se que, em razão do atual patamar da taxa básica de juros, o fundo vem apresentando rentabilidade considerada satisfatória, motivo pelo qual não houve, até então, urgência em promover o resgate dos valores.
19. Não obstante, o Presidente do COMINVEST manifestou entendimento no sentido de que seria oportuno avaliar a realocação, total ou parcial, dos recursos atualmente mantidos nesse fundo, seja com a finalidade de buscar otimização marginal da rentabilidade, seja para promover maior diversificação da carteira, observadas, em qualquer hipótese, as diretrizes da Política de Investimentos e a estratégia geral

do Instituto. Em resposta, a Sra. Ariadne orientou que, após o fechamento do mês de março de 2026 e o envio regular dos extratos à LEMA, seja formalizada consulta por e-mail à consultoria, a fim de que a analista responsável apresente avaliação técnica e sugestão de eventual destino para os recursos.

20. Em seguida, o Presidente do COMINVEST informou que a avaliação atuarial de 2026, com data-base em 2025, encontra-se em fase final de conclusão. Destacou, ainda, que tão logo sobrevenham os elementos definitivos do estudo atuarial, serão encaminhadas à LEMA as informações pertinentes para elaboração de novo estudo de Asset Liability Management (ALM), com vistas a subsidiar futuras decisões estratégicas de alocação e aderência entre ativos e passivos do RPPS.


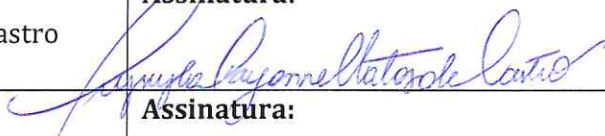

21. Sem mais nada a tratar, por volta de 11:30 se deu por encerrada a reunião ordinária.

REGISTRO DAS DECISÕES:

1. N/A

HORÁRIO DO TÉRMINO: 11:30 h.

PARTICIPANTES E SUAS FUNÇÕES:

| | |
|--|--|
| Presidente do COMINVEST: Plínio Bezerra Câmara Campos | Assinatura:  |
| Membro do COMINVEST: Priscyla Dayanne Matos de Castro | Assinatura:  |
| Membro do COMINVEST: Francileide Tavares da Silva | Assinatura:  |